

-----**ACTA N.º 17/2010**-----

-----Aos 21 dias de Julho de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior, coadjuvada pela Assistente Técnica, Dina da Silva. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA SETE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZ**-----

-----Foi presente a acta nº 16 da reunião ordinária do Executivo de 07/07/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que, conforme o requerimento presente à reunião de Câmara, irá estar ausente em gozo de férias, durante o período de 15 a 23 de Julho de 2010, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, José Luís Saúde Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que, enquanto utente, tinha recebido um aviso a comunicar que a água do mês de Maio estava em atraso e o pagamento seria acrescido de juros. Na sua opinião, a Câmara agiu em conformidade, notificou-o e cumpriu a lei, é esta a postura que deve ser adoptada. -----

-----Mas, infelizmente esta autarquia tem dois pesos e várias medidas, um peso para os amigos e todas as medidas para quem lhe interessa. -----

-----Ainda sobre o assunto, referiu-se à informação sobre a anulação dos recibos de água que foi retirada da reunião do dia 2/6/2010, para ser reformulada, mas que ainda não foi novamente presente, onde constava uma dívida do munícipe José Cardoso, no montante de 1000€, em consumos de água, durante meses a fio e que nada foi feito para o obrigar a honrar a sua obrigação, nem foi tomada qualquer medida por parte da autarquia, designadamente, proceder ao corte do fornecimento. -----

-----Explicita que de facto as medidas não são iguais para todos, porque tem conhecimento que a autarquia cortou o fornecimento de água a um restaurante da Vila, pese embora esse mesmo restaurante ser credor da autarquia, não tendo havido qualquer consideração por esse facto. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que ainda bem que o Senhor Vereador Júlio Santos reconhece que esta Câmara está a agir da melhor forma e a Lei é para se cumprir independentemente de quem quer que seja. Disse que já foram enviados muitos ofícios no sentido de serem liquidadas as dívidas em atraso, acrescidas dos respectivos juros. Se o não fizerem serão notificados do corte de abastecimento de água e ao

requisitarem-na novamente terão de voltar a pagar o contador e os encargos que daí advêm.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que o assunto em causa está a ser tratado, estão a ser analisados caso a caso e numa próxima reunião a Eng.ª Hermínia fará trará a informação novamente à reunião, com todos os dados solicitados.-----

-----Disse ainda que esta autarquia não deve qualquer factura ao Restaurante “Zé das Iscas”, tendo a facturação de 2008 sido paga a 3 meses; a de 2009 em 10 dias e este ano que está em curso nada se deve, segundo relação de dívidas que se anexa a esta acta (**anexo I**). Disse que tinha havido o extravio de uma factura relativa à Feira do Borrego, tendo sido solicitada uma segunda via e que foi paga de imediato.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que em anteriores reuniões foi comunicado que logo que houvesse disponibilidade de transporte das crianças da creche, para uma visita à Bracolândia, conforme foi solicitado pelo Senhor Vereador Júlio Santos, esta autarquia disponibilizaria um autocarro para esse fim, por isso, deu conhecimento que o mesmo tinha sido concedido para o dia seguinte a esta reunião, dia 22/07/2010.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** questionou o Senhor Presidente da Câmara, se já havia alguma conclusão quanto ao Grupo dos Veteranos, pelo que o Senhor Presidente respondeu que tinha havido uma reunião onde esteve presente um dos elementos do grupo e como não vinha documentado com todos os elementos necessários tinha ficado combinado reunirem-se numa próxima oportunidade.-----

ORDEM DO DIA

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**GABINETE JURÍDICO:**-----

-----**PROPOSTA DE VENDA – TERRENO PARA CONSTRUÇÃO – SITO EM TAPADAS E LOTE PARA CONSTRUÇÃO SITO EM TAPADAS OU CHÃS;** -----

-----**EMPREITADA – “PARQUE INDUSTRIAL A25” – APROVAÇÃO DO PROJECTO BASE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.** -----

-----**I - SECÇÃO DE AGRICULTURA, FLORESTAS E ESPAÇOS VERDES** -----

-----**ASSUNTO: I CONCURSO DE FOTOGRAFIA ALFREDO CUNHA**-----

-----Foi presente informação datada de 23 de Junho do corrente, conjuntamente com o Regulamento do I Concurso de Fotografia, do Gabinete Técnico Florestal, que se anexa a esta acta (**anexo II**), referindo que no âmbito do Ano Internacional da Biodiversidade, está a ser elaborado um concurso de fotografia cujo lema é homenagear o fotógrafo Alfredo Cunha, nascido neste concelho de Celorico da Beira. -----

-----O “I Concurso de Fotografia Alfredo Cunha” que terá como tema “Encantos da Natureza” pretende estimular o sentido de observação e a curiosidade pelos valores ambientais do Concelho de Celorico da Beira, promovendo um maior contacto com o meio, bem como incentivar a promoção e preservação do território. O concurso e a respectiva entrega das fotografias decorrerão entre os dias 1 e 30 de Agosto, cuja divulgação dos resultados e a entrega dos prémios será realizada no dia 16 de Setembro, das fotografias do concurso resultará uma exposição que decorrerá entre os dias 15 de Setembro e 3 de Outubro. -----

-----Assim, com base no Regulamento que define as regras deste I Concurso de Fotografia, solicita-se a aprovação dos membros do júri,

conforme estipulado no artigo 5.º, bem como a aprovação do orçamento previsto para os prémios de cada uma das categorias conforme artigo 7.º. --

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o regulamento relativo ao “I Concurso de Fotografia Alfredo Cunha” intitulado “Encantos da Natureza”.**-----

-----**Deliberou ainda aprovar a constituição do júri, constante do artigo 5.º, sendo o Representante da Autarquia a Eng.ª Teresa Cardoso, bem como o orçamento necessário para a atribuição dos prémios.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**II - OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: DESTAQUE DE PARCELA**-----

-----Foi presente requerimento datado de vinte e quatro de Junho de dois mil e dez, em nome de António Carlos Albuquerque Alves, pretendendo o requerente a aprovação de Operação de Destaque referente ao prédio rústico situado em Tapadas, S. Pedro - Celorico da Beira. Após a análise da operação em causa, confrontando-a com a legislação em vigor, nomeadamente Plano de Urbanização da Vila de Celorico da Beira, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGEU), D.L. n.º 555/99 de 16/12, alterado pela Lei n.º 60/07, de 4 de Setembro e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira.-----

-----1 – A pretensão do requerente vem no seguimento de um pedido de Informação Prévia para construção de edifício de habitação no mesmo terreno, PIP esse aprovado conforme despacho do Sr Presidente e de acordo com o parecer técnico dos Serviços Técnicos Municipais datado de 21/04/2010, com ofício ao requerente 2659 de 23/04/2010; -----

-----2 - Apresenta agora o requerente um pedido de destaque de uma única parcela de terreno, à luz do n.º 4 do art. 6.º Lei n.º 60/07, de 4 de

Setembro, “Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos”;-----

-----3 – Face à operação apresentada pelo requerente verifica-se o cumprimento e enquadramento no art.º atrás referido pelo que se propõe deferimento.-----

-----**Após análise e de acordo com o parecer técnico, a Câmara deliberou, deferir a pretensão do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**III - AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE ALCOCHETE**-----

-----**ASSUNTO: AGRADECIMENTO**-----

-----Foi presente fax, datado de 07/07/2010, do Agrupamento Vertical de Escolas de Alcochete agradecendo ao Senhor Vereador António Silva e a todo o departamento de turismo a disponibilidade que tiveram para lhes proporcionar uma visita guiada e permitirem desfrutar da gastronomia, tradição e riqueza histórica que é uma referência deste concelho.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**IV - PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR JÚLIO SANTOS**-----

-----**ASSUNTO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA AO EDIFÍCIO DA FUNDAÇÃO**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Júlio Santos para fazer a apresentação do assunto, uma vez que o mesmo foi agendado a seu pedido.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por esclarecer que a Fundação foi notificada para pagar uma conta de electricidade a partir do

ano de 2005 até à presente data. Esclareceu que funciona naquele edifício uma creche e que existe um acordo, onde a Câmara Municipal se compromete a pagar essas facturas, a autarquia assumiu esse acordo e sempre o honrou. -----

-----Disse que a autarquia ao estar a solicitar essa verba está a quebrar esse acordo e se a Câmara acha que deve pôr fim ao mesmo, deve em primeiro lugar comunicar essa decisão à Fundação e propor a denuncia do acordo e só posteriormente tomar as medidas que considere convenientes.

-----Disse ainda que, caso seja esse o entendimento da autarquia, a creche será forçada a encerrar, porque financeiramente, não detém activos que permitam suportar esta despesa. -----

-----O Senhor **Presidente** respondeu que não é só a Fundação que se encontra nesta situação, outras Instituições do concelho também foram notificadas. Disse que irá investigar sobre a existência desse acordo e se por acaso existir, o que neste momento desconhece, irá analisá-lo. Referiu que a Fundação tem algumas ajudas em relação a outras Instituições do concelho. -----

-----Afirmou, que presentemente a situação financeira desta autarquia não é saudável, mas não se vai pronunciar acerca do acordo, aliás, não sabe qual o tipo de acção que a Fundação desempenha e se esse tipo de actividade tem algum interesse para a Câmara. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que foi precisamente por funcionar na Fundação uma IPSS, que lhe foi concedido esse benefício, referindo também que esse acordo deve datar-se de 2002. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a partir da data referida pelo Senhor Vereador Júlio Santos irão fazer buscas no sentido de se encontrar o acordo que segundo o Senhor Vereador, foi firmado entre a

Câmara e a Fundação, e a partir desta data serão suspensos os pagamentos de energia eléctrica. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** disse que a existir um acordo este terá que ser cumprido até que se denuncie, ou se chegue a outro entendimento, uma vez que estão crianças envolvidas, a situação deverá ser analisada antes de se tomar uma decisão. -----

-----**Face ao exposto, a Câmara decidiu que seja analisado o acordo e o assunto seja presente a uma próxima reunião.** -----

-----**V - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR -**

-----Foi presente informação interna nº 171RH/2010 datada de 13/07/2010 da Secção de Recursos Humanos, bem como Proposta do Senhor Presidente a qual se transcreve: -----

-----“Considerando que a Autarquia deve garantir a oferta de Actividades de Enriquecimento Curricular a todos os alunos do Concelho, a tempo integral; -----

-----Considerando que esta competência foi transferida, no domínio da educação da Administração Central para a Administração Local pelo Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, e reforçada com a celebração do Contrato de Execução nº467/2009; -----

-----Considerando que existem no Mapa de Pessoal da Autarquia, para o ano de 2010, 10 postos de trabalho existentes e não ocupados de Técnico Superior, para leccionar as Actividades de Enriquecimento Curricular; -----

-----Considerando que a Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho permite o recrutamento excepcional para postos de trabalho de pessoal resultantes do exercício de actividades advenientes da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local no domínio da Educação, nos termos do nº 8 do seu artigo 10.º; -----

-----Considerando a informação do Gabinete de Acção Social, anexa a este despacho, com o levantamento das necessidades de docentes para as AECs para o ano de 2010/2011;-----

-----Assim sendo sujeita-se a reunião de executivo proposta para o recrutamento de docentes (Técnicos Superiores) para leccionar as Actividades de Enriquecimento Curricular nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 3 de Setembro.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 10 Técnicos Superiores (docentes) a tempo parcial, para leccionar as AECs, bem como aprovar o respectivo aviso de abertura** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VI - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: REVISÃO SEMESTRAL - Rosa Maria Fernandes Martins Ferreira**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 15/07/2010 referindo que após ter sido deliberado em reunião de Câmara isentar do pagamento da taxa de conservação e tarifa de saneamento a requerente em causa, o processo tem um tempo limite de seis meses pelo que deverá ser revisto após esse prazo. É referido que a situação do agregado familiar se mantém e após análise da documentação entregue, o GAS verificou que o agregado apresenta uma situação de carência económica de acordo com o Regulamento para Situações de Carência artigo n.º 4. Visto que a capitação média mensal do agregado familiar, em 2009 foi de 265,04€, sendo um valor inferior ao salário mínimo nacional em vigor, o GAS vem propor que se mantenha a isenção referida e o processo revisto após seis meses. -----

-----**Nos termos da informação técnica a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, manter a isenção referida, devendo o processo ser revisto após 6 meses.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: REVISÃO SEMESTRAL - Andreia Sofia Lima Moura**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 14/07/2010 referindo que após ter sido deliberado em reunião de Câmara isentar do pagamento da taxa de conservação e tarifa de saneamento a requerente em causa, o processo tem um tempo limite de seis meses pelo que deverá ser revisto após esse prazo.-----

-----De modo a proceder à revisão Semestral foi enviado ofício a solicitar documentação actualizada para se proceder à sua análise. Findo o prazo estabelecido no ofício, não deram entrada na autarquia todos os documentos solicitados, pelo que foi de novo solicitado à requerente a apresentação da documentação exigida, que uma vez mais não deu entrada nesta Edilidade.-----

-----Face ao exposto e de acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, artigo 46.º, n.º 9 “Quando o beneficiário não apresentar os documentos solicitados de modo a possibilitar a realização da revisão do processo, será cessada a isenção do pagamento de água de que usufrui”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da informação técnica cessar a isenção do pagamento de água de que usufruía a utente identificada no presente processo.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**VII - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT**-----

-----**Requerentes: Ana Isabel de Almeida Martins/Pedro Miguel Duarte Seco**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, dando conhecimento que foi requerido, por Ana Isabel de Almeida Martins e Pedro Miguel Duarte Seco, residentes em Celorico da Beira, a isenção do pagamento de IMT, ao abrigo das Medidas de Incentivo ao Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas áreas do Interior.-----

-----O pedido refere-se à aquisição de uma habitação própria, permanente, que pretendem adquirir na Urbanização Encosta do Sol, lote nº4, fracção H, freguesia de São Pedro.-----

-----Mais informa que, que o requerente preenche os requisitos legais para poder usufruir desta isenção. -----

-----**A Câmara deliberou, nos termos do disposto na alínea a), nº 3, do art. 39.ºB, da Lei nº53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º108/2008, de 26/6, isentar do pagamento de IMT, os requerentes Ana Isabel de Almeida Martins e Pedro Miguel Duarte Seco.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VIII - DIVISÃO ADMINISTRATIVA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO TAXAS DE VENDA/PROMOÇÃO AMBULANTE**-----

-----Foi presente informação dos Serviços Administrativos, datada de 13 de Julho de 2010, informando que o pedido feito pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira no sentido de estarem presentes em eventos com uma Rolote para venda de alguns produtos a fim de fazer face a dificuldades primárias, pelo que vinham propor que lhe fosse atribuída a licença de venda ambulante no limite do concelho de Celorico da Beira, pelo período de um ano. Assim sendo o pedido não se enquadra no artigo 2.º do Regulamento de Venda Ambulante no Concelho de Celorico da

Beira, pelo que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira está isenta de Cartão de Venda Ambulante.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**GABINETE JURÍDICO:**-----

-----**PROPOSTA DE VENDA – TERRENO PARA CONSTRUÇÃO – SITO EM TAPADAS E LOTE PARA CONSTRUÇÃO SITO EM TAPADAS OU CHÃS** -----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico datado de 19/07/2010, referindo que fazem parte do património municipal dois terrenos destinados à construção, um dos quais sito em Tapadas, freguesia de São Pedro, inscrito na matriz predial com o n.º 1157º, omissa na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira, com a área de 426,50 m2, o qual confronta de Norte com Herdeiros de António Tomás Cardoso, Sul com Victor Martins Santos, Nascente com Victor Martins Santos e Poente com Rua Pública.-----

-----O outro lote de terreno para construção designado como lote 39, sito em Tapadas ou Chãs, freguesia de São Pedro, inscrito na matriz predial com o artigo 1220º, como descrito na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira com a descrição n.º00871/990401, com a área de 730m2, o qual confronta de Norte com Rua Pública, Nascente com Lote 40, Poente com lote 38 e Sul com Manuel Aleixo da Cruz. -----

-----Assim, é proposta a venda em hasta pública dos dois prédios. Pelo que em primeira linha deverá deliberar-se a Escritura Pública de Justificação Notarial e Venda do terreno destinado à construção, sito em Tapadas, freguesia de São Pedro, inscrito na matriz predial com o n.º 1157º, omissa na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira.----

-----O outro lote de terreno para construção, sito em Tapadas das Chãs, freguesia de São Pedro, inscrito na matriz predial com o artigo 1220º,

descrito na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira com a descrição n.º00871/990401. -----

-----Solicita ainda que seja deliberado em reunião a nomeação da comissão de licitação e da comissão de abertura de propostas referentes aos prédios supra referidos.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos:** -----

-----**1) Colocar à venda em hasta pública os lotes acima referenciados;** -----

-----**2) Quanto ao lote com inscrição predial n.º 1157, proceder à celebração de escritura pública de justificação notarial e compra e venda e consequente escritura de compra e venda;**-----

-----**3) Nomear para a comissão de licitação as Engenheiras Cristina Martins e Maria Elisa Madeira e o Técnico Topógrafo José António Tomás. Para integrarem a comissão de abertura de propostas a Eng.ª Cristina Martins, Dr.ª Joana Félix e a Eng.ª Delfina Fonseca.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta* -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** apresentou um voto de vencido por considerar que os referidos lotes deveriam ser usados para espaços verdes ou equipamentos públicos de lazer. -----

-----O Senhor **Presidente** disse não estar de acordo com a opinião do Senhor Vereador Júlio Santos, porque este loteamento foi aprovado pela Câmara Municipal, o qual foi recepcionado, no mandato do Sr. Vereador Júlio Santos, e na altura poderia ter ponderado estes lotes para espaços verdes ou outros equipamentos. Mas, no entanto foi um loteamento elaborado por técnicos que cumpriam a legislação e que deveriam ter previsto as áreas para as zonas verdes, estacionamento, passeios, zonas

de lazer, pelo que, segundo julga a área destinada a zona de equipamento e zona verde é suficiente, tal como o previsto na lei.-----

-----Quanto ao lote 39, O Senhor Presidente referiu que o mesmo destinasse à construção de uma moradia unifamiliar e de acordo com a lei para a altura de uso, obrigaria a uma alteração de loteamento, com autorização dos próprios técnicos e depois ser submetido a uma nova reunião de Câmara para aprovação.-----

-----**EMPREITADA – “PARQUE INDUSTRIAL A25” – APROVAÇÃO DO PROJECTO BASE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 18/06/2010, exarado na informação técnica, pelo Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor “Atendendo à urgência de formalizar a candidatura ao QREN – Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, aprovo o presente projecto base”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 18/06/2010, relativo à Empreitada – “Parque Industrial A25 – Aprovação de Projecto Base”.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** fez a seguinte declaração de voto:

-----“É com agrado que vejo finalmente este processo avançar. Cerca de 10 anos foram perdidos com a morosidade do avanço desta obra, mas mais vale tarde que nunca”.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram onze horas e quarenta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----
